



**FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PARA O ENSINO NA ÁREA DE
SAÚDE**

RELATÓRIO TÉCNICO

**PROPOSTA DE UM CURSO INTRODUTÓRIO DE EDUCAÇÃO
PERMANENTE EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA PARA OS
GESTORES DAS REGIÕES DE SAÚDE**

Carlos Henrique Tenório Almeida do Nascimento

Reneide Muniz da Silva

EQUIPE

Carlos Henrique Tenório Almeida do Nascimento

Possui graduação em Enfermagem pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU -UNINASSAU. Enfermeiro especialista em Saúde Coletiva da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco na Superintendência da Atenção Primária PE, Coordenador do Programa de Saúde da Escola - PSE / SES-PE. Mestre em Educação para Área de Ensino em Saúde pela Faculdade Pernambucana de Saúde. PFS-IMIP., Pós - Graduando em Vigilância Sanitária - UNINTER, Pós - Graduando em MBA em Auditoria em Saúde, Pós - Graduando em Avaliação a Saúde Aplicado a Vigilância pela UFPE-CAV. Atualmente docente do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, nos núcleos de Enfermagem, e Radiologia. Membro da Comissão da Saúde da População em Situação de rua. Membro suplente do CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco. Membro do Comitê de Equidade da Secretaria Estadual de saúde de Pernambuco, Membro do Comitê Técnico da Saúde LGBT de PE.

Reneide Muniz da Silva

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal de Pernambuco e mestrado em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães/FIOCRUZ (2002). Atualmente é Coordenadora da Prática Comunitária, Coordenadora de tutores do 3º período do curso de enfermagem e Coordenadora do Programa Ciência sem Fronteiras da Faculdade Pernambucana de Saúde. Doutora em Saúde Materno Infantil na linha de pesquisa de Avaliação de Intervenções em Saúde do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira-IMIP. É Coordenadora da Clínica Escola da faculdade Pernambucana de Saúde

1. Introdução

A Portaria 198 MS/SGTES de 13 de fevereiro de 2004 instituiu a Política Nacional de Educação Permanente tendo como estratégia a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor saúde.¹

No estado de Pernambuco, o processo teve início com a realização de oficinas com a participação de diversos atores dos segmentos ligados a saúde, áreas da formação, gestão, atenção, controle social, movimentos populares, conselhos de saúde, COSEMS/PE, entre outros. O objetivo era a implantação da referida política e a constituição e acompanhamento dos Pólos de Educação Permanente.²

Diante desse contexto, considerando que os Pólos de Educação Permanente não foram implantados em grande parte dos Estados, o Ministério da Saúde, juntamente com o CONASS e CONASEMS, definiram novas diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, adequando-a as diretrizes operacionais e ao regulamento do Pacto pela Saúde. Foi um processo de discussão amplo, reunindo diferentes instâncias e protagonistas, que culminou com a publicação da Portaria GM/MS 1.996 de 20 de agosto de 2007.³

Diante desse contexto é imprescindível definição do Ministério da Saúde quanto à continuidade da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, visando apoiar os estados e municípios na implementação dos PAREPS e outras ações que visam à transformação das práticas em saúde.

O curso contribuirá com o processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação Permanente em Saúde para a Atenção Primária e para o enriquecimento do conhecimento teórico e prático dos profissionais que participarão do mesmo.

2. Objetivos:

Objetivo Geral:

Contribuir para a formação dos gestores das Regiões de Saúde do Estado de Pernambuco oferecendo a ampliação do olhar sobre a Educação Permanente em Saúde, visando à qualificação do processo de trabalho e fortalecimento das ações da Atenção Primária à Saúde.

Objetivos Específicos:

- Refletir sobre a Política Nacional de Educação Permanente a Saúde;
- Analisar o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde Pernambuco;
- Refletir sobre a avaliação do impacto das ações da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde
- Analisar sobre planejamento da Política Estadual de Educação Permanente e Saúde
- Avaliar as ações da Atenção Primária por meio da Educação Permanente em Saúde

- Estimular a reflexão sobre a importância da Educação Permanente na gestão de trabalho da Saúde.

3. Metodologia

Foi realizada pesquisa de natureza qualitativa com utilização de um roteiro de entrevista individual semiestruturada elaborado pelo próprio pesquisador. A população do estudo foram os gestores da Educação Permanente em Saúde nas 12 Regiões de Saúde do estado de Pernambuco.

A coleta de dados foi realizada no mês de março de 2019. Foi elaborado pelo próprio pesquisador um agendamento prévio com data e horário para realização da entrevista com os gestores, oportunizando o encontro em eventos que aconteceram nas Regionais de Saúde, e eventos pela própria Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco.

As entrevistas foram realizadas em salas isoladas, possibilitando um ambiente silencioso e tranquilo, permitindo a livre expressão do entrevistado com duração aproximada de 35 minutos. Os gestores participaram sem nenhum tipo de recusa ou desistência.

As entrevistas foram realizadas pelo pesquisador com o auxílio de um aparelho celular na função de gravador de áudio sendo utilizado como instrumento de coleta de dados. O roteiro das perguntas foi relacionado ao perfil sócio-acadêmico dos gestores da Educação Permanente em Saúde; o conhecimento da Educação Permanente; as principais dificuldades e potencialidades para a operacionalização da Educação Permanente nas Regiões de Saúde; o conhecimento da Política Nacional da Educação Permanente em Saúde e as ações desenvolvidas na Atenção Primária.

Foram realizadas 12 entrevistas individuais. A análise foi realizada de acordo com as entrevistas e relatos dos gestores participantes. Os resultados foram, sistematicamente organizados a partir das contribuições de Bardin⁴, com base na técnica de Análise de Conteúdo. Estes foram selecionados e colocados em grelhas, as quais foram, posteriormente, identificadas como categorias, através das quais os dados foram tratados pela relevância e pela recorrência nas falas sobre determinados aspectos da temática em questão. Inicialmente, foi realizada uma leitura flutuante de todo material recolhido sobre o objeto de estudo. Em seguida, o material foi codificado, por meio de recortes do texto, buscando a identificação de categorias empíricas, bem como, das unidades temáticas. E, por fim, construiu-se uma interpretação com base nas inferências feitas a partir das falas dos participantes desse estudo.

A pesquisa foi encaminhada e aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da Faculdade Pernambucana de Saúde (AECISA nº 03091518.7.0000.5569), todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4. Análise dos dados

A análise foi realizada de acordo com as entrevistas e relatos dos gestores participantes. Foram feitas, também, anotações, durante as etapas do estudo, a fim de servirem como subsídio metodológico no intuito de contribuírem para a construção das categorias de análise dessa pesquisa.

No que se refere ao perfil dos entrevistados, percebe-se predominância do sexo feminino (10 participantes), com idade variando entre 27 e 56 anos. Todos possuem formação de nível superior com predominância na graduação de enfermagem (50%). Do total, 67% possuem pós-graduação em nível *lato sensu*. Quanto ao tempo de atuação na Educação Permanente, 42% referiu atuar entre 7 e 14 anos.

No que se refere a Compreensão da Educação Permanente em Saúde, os entrevistados trouxeram como percepções sobre o assunto que Educação Permanente em Saúde se relaciona com uma dimensão pedagógica no processo de desenvolvimento da atividade profissional. Nesta perspectiva, as falas apontam que a Educação Permanente é compreendida como uma ferramenta utilizada para levar os trabalhadores a uma reflexão e capacitação sobre seus processos de trabalho na problematização da sua realidade, direcionando para uma aprendizagem significativa diária, qualificando o processo de trabalho. Também foi possível observar que os gestores reconhecem o papel da Educação Permanente como um espaço para atualização, aprimoramento e mobilização de conhecimento, ressaltando sua importância no processo de trabalho como um fator de qualificação e melhoria na operacionalização de suas atividades diárias.

Quando questionados sobre as dificuldades na realização de ações da Educação Permanente, os entrevistados referiram dificuldades encontradas quanto a realização das ações de Educação Permanente nas Regiões de Saúde. Os resultados apontam que, muitas vezes a maior dificuldade está relacionada à falta de recursos humanos. Os sujeitos também apontam dificuldades de falta de investimentos financeiros para o desenvolvimento das ações de Educação Permanente nas Regiões de Saúde

No que diz respeito as potencialidades das ações de Educação Permanente, os entrevistados apontaram aspectos importantes quanto às potencialidades na execução da EPS, associando-as ao apoio da gestão estadual no desenvolvimento das regionais, além do diálogo entre ambos os espaços de gestão

Quanto a avaliação da Política de Educação Permanente os entrevistados fazem uma avaliação de que a EPS não é devidamente priorizada em suas Regiões de Saúde.

Esta percepção vem do fato de que tais espaços não possuem uma coordenação específica para planejar as ações de EPS.

5. Conclusões

Apesar de estar estabelecida por lei e discutida em espaços como Colegiados de Gestão Regional, Comissão Intergestores Bipartite (CIB), Comissões Intergestoras Regionais (CIR) e reuniões das Comissões de Integração Ensino-Serviços (CIES), o presente estudo demonstrou pouco domínio dos gestores da Educação Permanente em Saúde, da PNEPS e sua aplicabilidade nas ações de saúde na Atenção Primária.

As ações de Educação Permanente desenvolvidas pela gestão das Regiões de Saúde na Atenção Primária não atende na íntegra o que é preconizado pelo PAREPS. Apesar das ações convencionais desenvolvidas na rotina, os gestores regionais não apresentaram sugestão para novas formas de trabalhar a Educação Permanente em Saúde.

Referências

1. Ministério da Saúde. Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 fev. 2004.
2. Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde Pernambuco 2015-2016 Recife Dezembro de 2015. 2016.
3. Ministério da Saúde. Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 fev. 2004.
4. Bardin L. Análise de conteúdo. 7. ed. São Paulo: Edições 70; 2011.